

TÁ LÁ NO GRÁFICO

EPISÓDICO E PLANEJADO

CONSTANTES PRORROGAÇÕES DE USO DA FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA APONTAM URGÊNCIA DA GESTÃO DE CONFLITOS TERRITORIAIS E DO COMBATE AOS CRIMES AMBIENTAIS

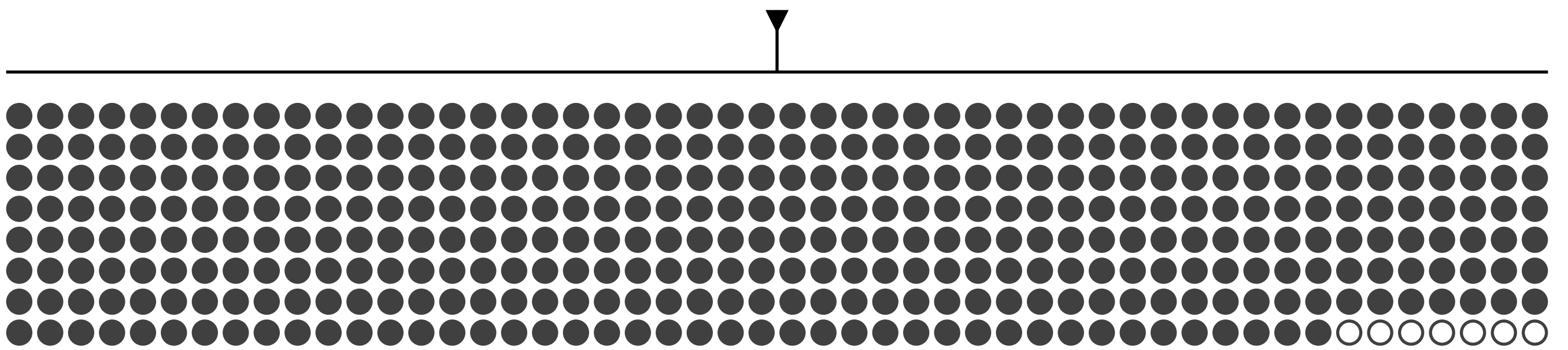


Criada em 2004, a Força Nacional de Segurança Pública é uma força de elite que atua em operações de alta complexidade, principalmente na proteção de territórios ameaçados e no combate a crimes ambientais. A FNSP é um programa de cooperação do Ministério de Justiça e Segurança Pública (MJSP), de caráter complementar, planejado e episódico. Ou seja, foi proposta para atuar em situações pontuais e emergenciais. É composta por agentes temporários recrutados de polícias militares, civis, bombeiros e conta com cerca de

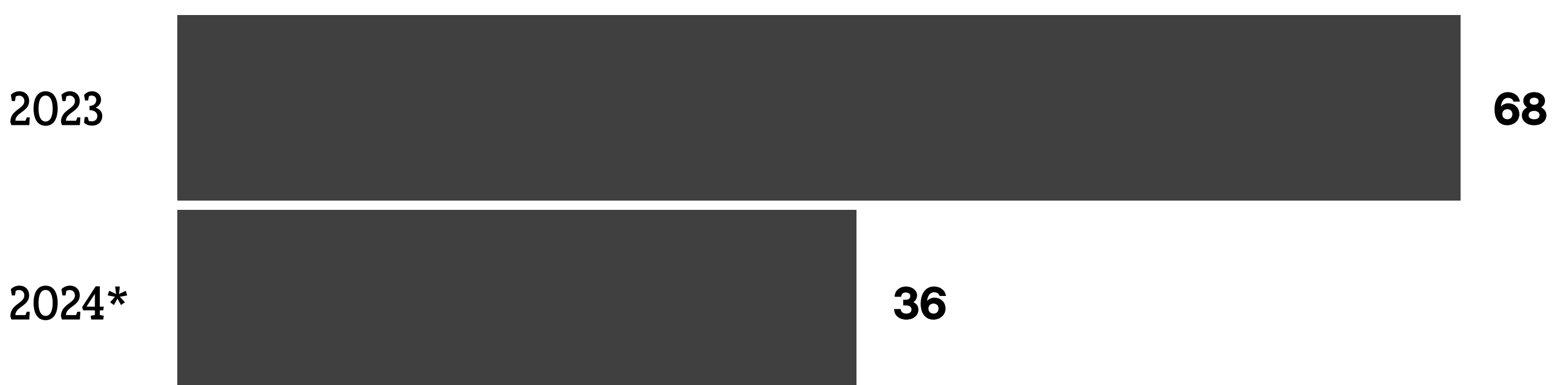


1.300 profissionais

**DESDE SUA CRIAÇÃO, FORAM CAPACITADOS MAIS DE 40 MIL AGENTES
E REALIZADAS 393 OPERAÇÕES**



Na atual gestão do governo federal, já foram autorizadas 104 operações da FNSP envolvendo crimes ambientais ou conflitos em terras indígenas

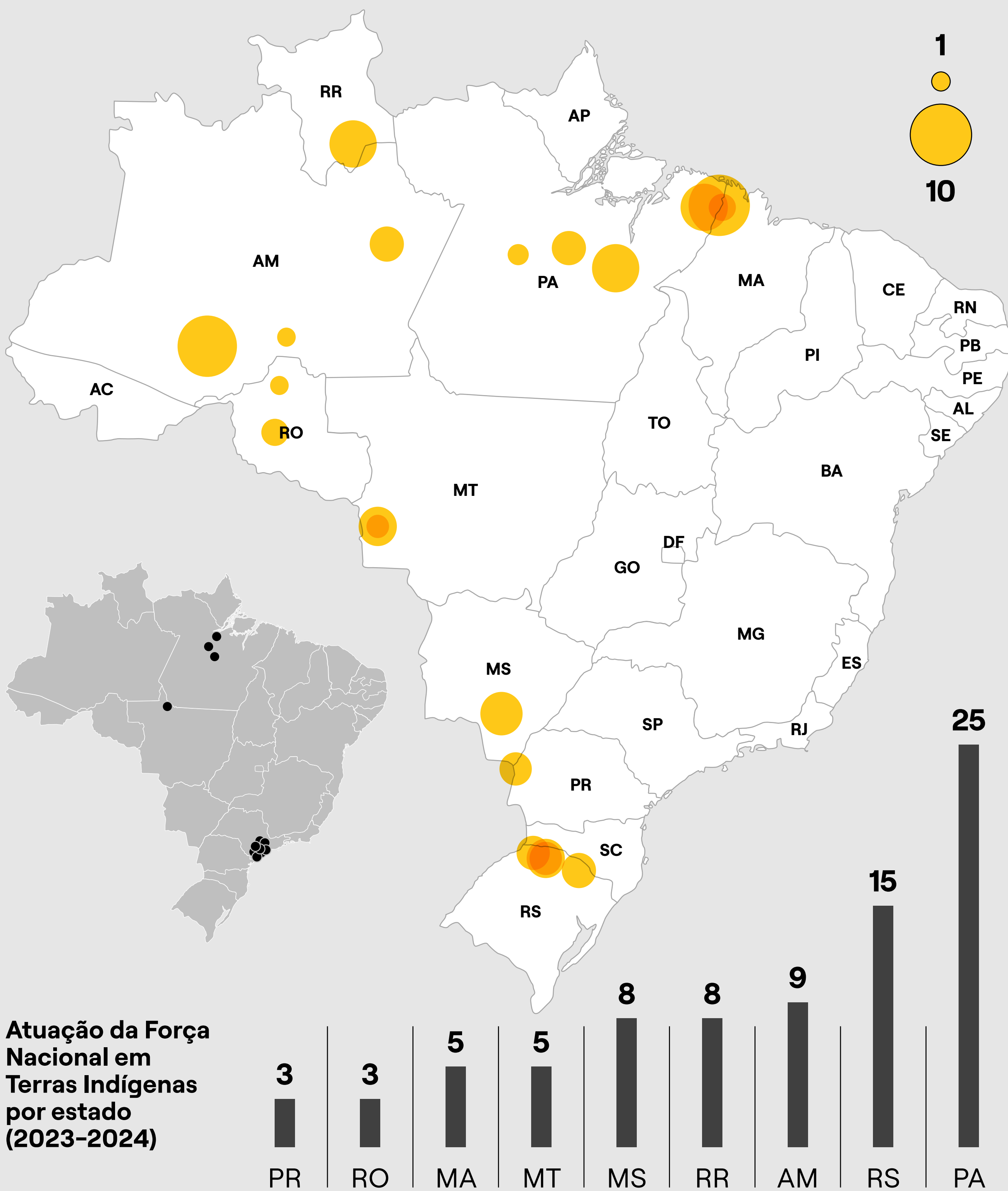


* Até 21 de outubro de 2024
Fonte: Política Por Inteiro



A FNSP foi convocada para apoiar a FUNAI e a Polícia Federal em questões indígenas 81 vezes nesse período, entre autorizações e prorrogações, evidenciando a falta de outras estratégias a não ser a de resposta diante dos conflitos em terras indígenas

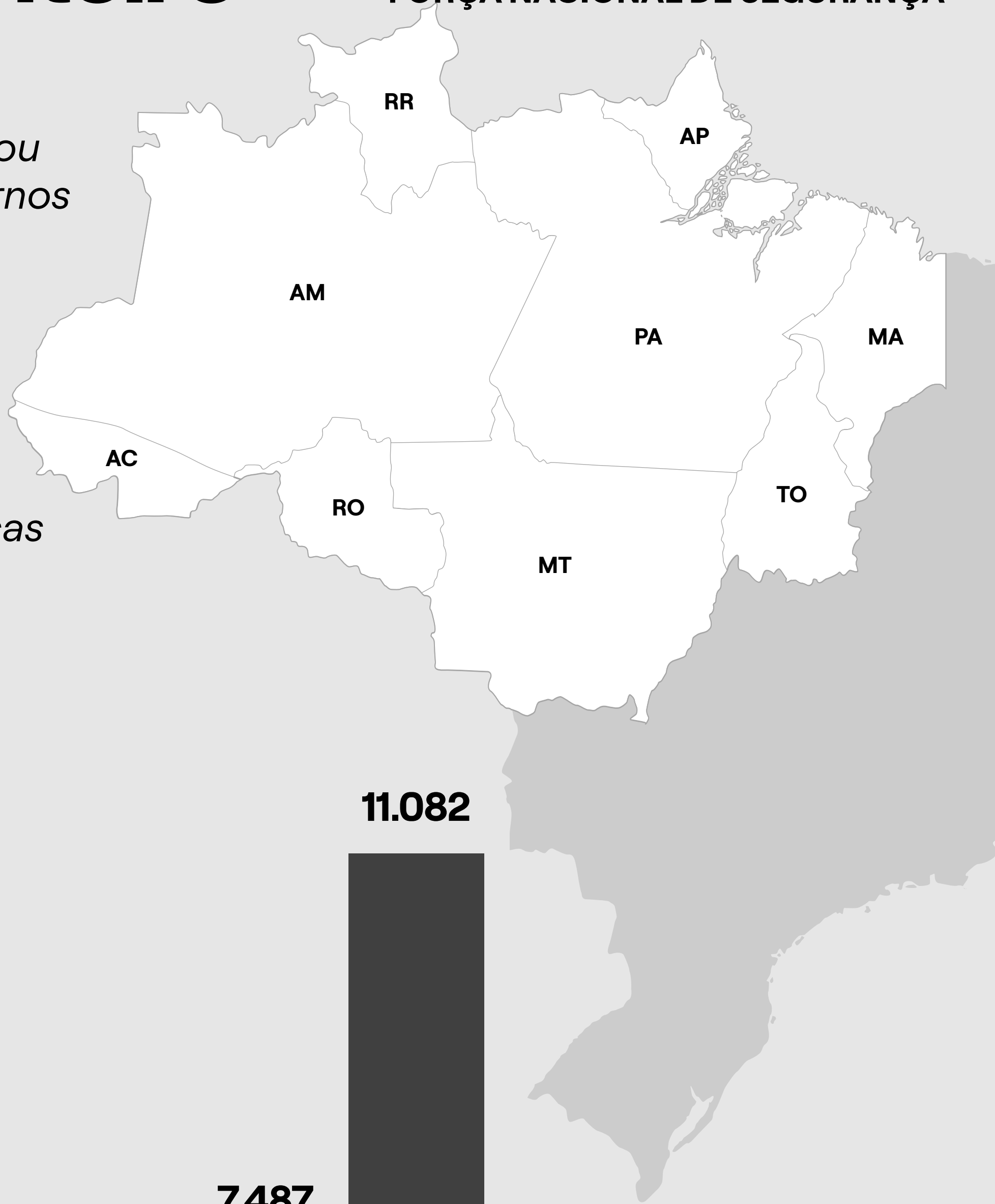
● Ações em terras indígenas (2023-2024) ● Portarias de Posse Permanente de TIs*



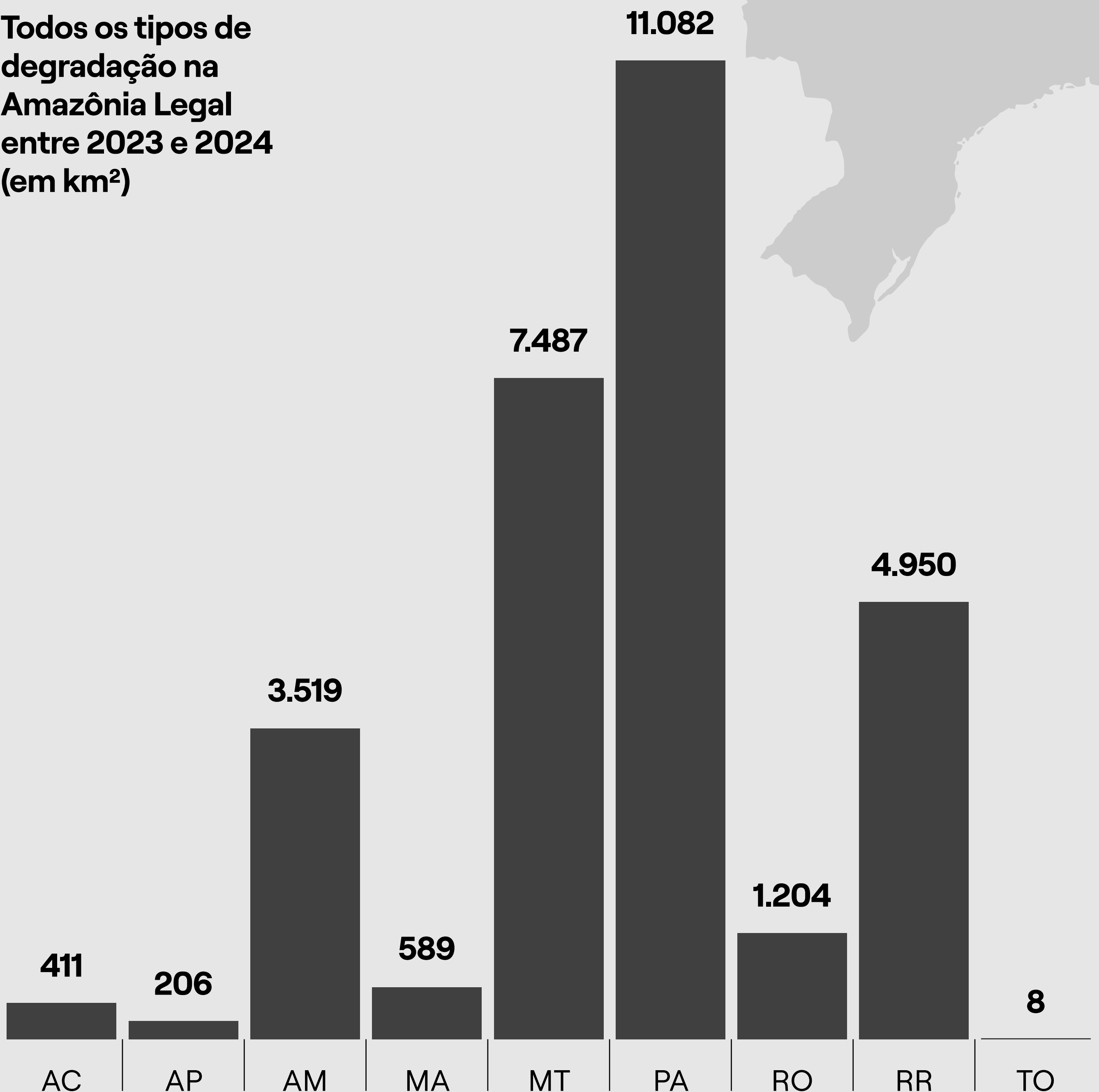
* As Portarias de Posse Permanente emitidas pelo Ministério da Justiça (MJSP) garantem proteção legal desses territórios, formalizando o reconhecimento estatal sobre a posse indígena
Fonte: Política Por Inteiro



A Força Nacional apoiou ICMBio, Ibama e governos da Amazônia Legal 21 vezes de janeiro de 2023 a outubro de 2024, refletindo a incapacidade de fiscalização e a insuficiência de políticas públicas para conter garimpo, extração ilegal de madeira e incêndios florestais



Todos os tipos de degradação na Amazônia Legal entre 2023 e 2024 (em km²)



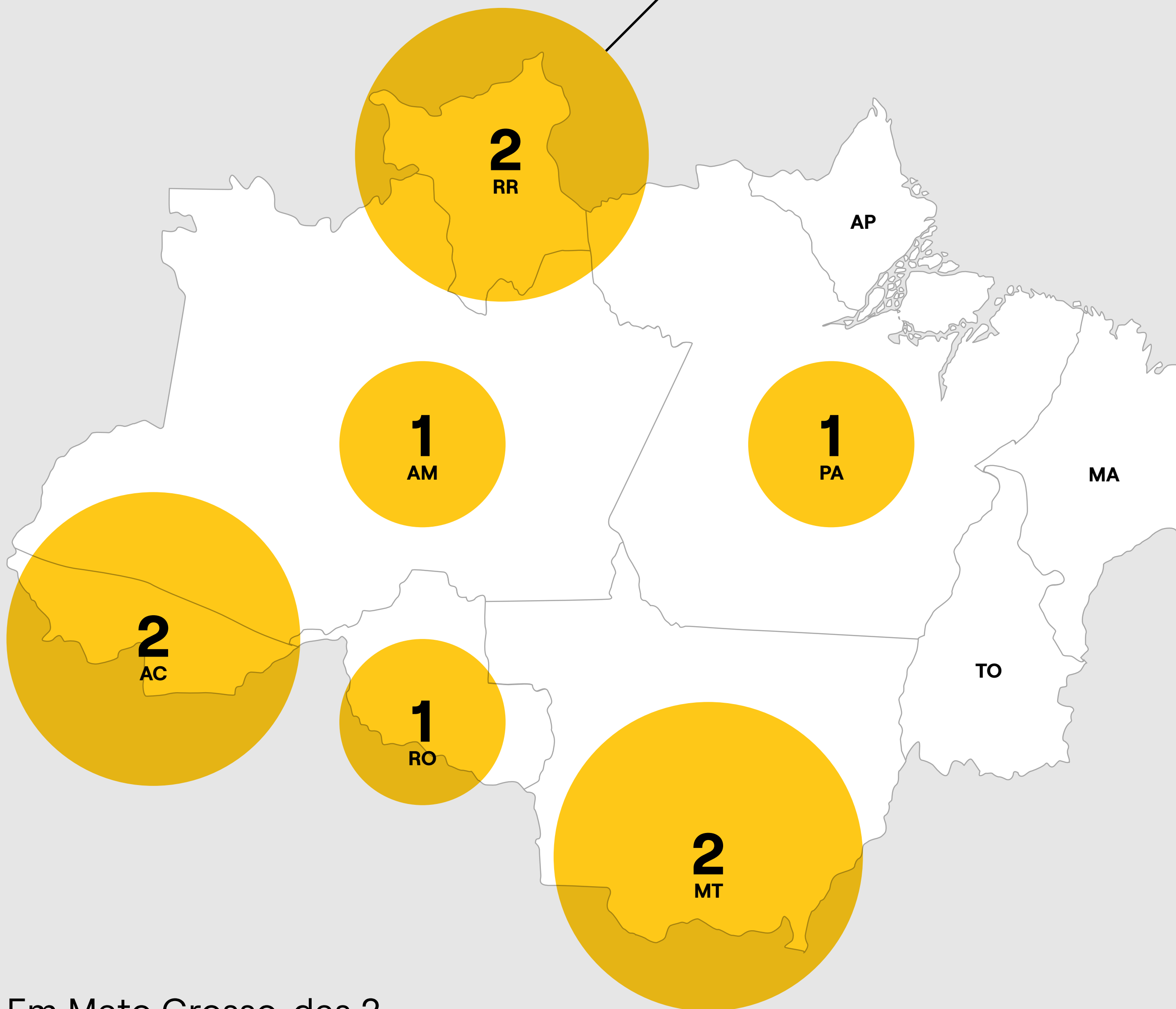
Fonte: TerraBrasilis/Deter



Entre as operações autorizadas em 2023 e 2024, apenas duas foram episódicas, voltadas para situações extremas. A maioria foi contínua, refletindo a necessidade de ações prolongadas para enfrentar desafios recorrentes como garimpo ilegal, desmatamento e incêndios florestais

Quantidade de operações autorizadas entre 2023 e 2024

Em Roraima, das 2 operações, 1 delas é o Plano de Desintrusão e de Enfrentamento da Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami



Em Mato Grosso, das 2 operações, 1 reintegração de posse foi classificada como episódica



A Operação Arpão I, em apoio ao estado do Amazonas, foi instituída em janeiro de 2021, a princípio com duração de 45 dias, mas vem sendo prorrogada desde então. De janeiro de 2023 até outubro de 2024 já foram 4 prorrogações

2021

12 de janeiro

Criada a Operação Arpão I, para ações de combate ao crime organizado, ao narcotráfico e aos crimes ambientais, na calha do Rio Negro e Solimões, no Estado do Amazonas, com duração de 45 dias

24 de fevereiro

Publicada a 1ª prorrogação da Operação, com duração de 45 dias

8 de abril

Publicada a 2ª prorrogação, desta vez com duração de 120 dias

2022

9 de junho

Depois de um intervalo de atuação, a Operação é novamente convocada, por 90 dias

19 de setembro

Publicada a prorrogação, por mais 90 dias

2023

5 de janeiro

Autorizada a primeira convocação do ano, válida por 90 dias

29 de março

Prorrogada por mais 90 dias

4 de julho

Novamente prorrogada por mais 90 dias

27 de dezembro

Na terceira prorrogação do ano, a Operação é prorrogada até abril de 2024

2024